



MANUAL DO APROVADO

IBAMA

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro aprovado!

Estamos chegando no nosso momento tão esperado: **A Prova do Concurso IBAMA!!!**

Trilhamos uma jornada intensa junto a você durante esses últimos meses. Foram vários cursos, aulas e simulados, tudo isso para deixá-lo cada vez **mais capacitado a alcançar seu tão almejado sonho** e conseguir, de uma vez por todas, se tornar um servidor público!

A essa altura do campeonato, **embora o cansaço possa estar batendo, não é hora de desacelerar**. Mais do que nunca, é preciso **revisar, aperfeiçoar os detalhes e garantir que você estará 100%** preparado no domingo, 06/04/2025.

Para ajudá-lo nessa missão, preparamos **este último ebook com dicas precisas dos nossos professores** a fim de melhorar ainda mais seu preparo para a prova!

Nele, você encontrará:

- **DICAS FINAIS** dos assuntos mais importantes para seu exame, preparadas pelos nossos professores.

Está preparado? Então, vamos lá!

Bons estudos e sucesso!

Estratégia Concursos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	0
SUMÁRIO.....	1
DICAS.....	5
LÍNGUA PORTUGUESA.....	5
SIGNIFICADOS DA PALAVRA “COMO”.....	5
CONCORDÂNCIA VERBAL.....	6
CRASE.....	6
ADVÉRBIO DE INTENSIDADE.....	6
NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA.....	7
GOVERNABILIDADE X GOVERNANÇA X ACCOUNTABILITY.....	7
TIPOS DE ACCOUNTABILITY.....	8
GESTÃO POR RESULTADOS.....	8
TRANSPARÊNCIA ATIVA X TRANSPARÊNCIA PASSIVA.....	9
FUNDAMENTOS DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA (MEGP).....	10
NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA - AFO.....	11
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS.....	11
PPA 2024-2027.....	11
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	12
COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES.....	12
PRESENTES.....	12
DISCRIMINAÇÃO.....	12
NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	13
PROTOCOLO DE EMAIL.....	13
PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	13
PRINCÍPIOS DA LGPD.....	14
CONCEITOS E TIPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	15
CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO DE ANALISTA AMBIENTAL.....	16
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	16
CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES.....	16
DOS INDÍGENAS.....	17
PERDA DA NACIONALIDADE.....	18
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	19
PODER DE POLÍCIA.....	19
CRITÉRIOS DE DESEMPATE NAS LICITAÇÕES.....	20
DECISÃO COORDENADA (LEI 9.784/1999).....	21
DECRETO N.º 9.991/2019 - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS.....	22
DAS REGRAS DE AFASTAMENTO DO PAÍS.....	22
INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - PNDP.....	22
ESCOLAS DE GOVERNO.....	22
PARCELAMENTO DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO.....	23
LÍNGUA INGLESA.....	23
LEITURA DE TEXTOS EM INGLÊS.....	23

VERBOS.....	23
CONJUNÇÕES.....	24
PRONOMES.....	24
CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO.....	25
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	25
POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	25
RENOVAÇÃO DE LICENÇAS.....	25
LEI Nº 10.410/2002.....	26
CÓDIGO FLORESTAL.....	26
NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA.....	27
SIGAD – SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS.....	27
E-ARQ BRASIL E REQUISITOS.....	27
GESTÃO DOCUMENTAL.....	28
LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO.....	28
LOGÍSTICA REVERSA.....	28
CONCEITUAÇÃO MATERIAL X PATRIMÔNIO.....	29
CONTROLE PATRIMONIAL (BENS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS).....	29
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS.....	29
ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA.....	30
GESTÃO DE PROJETOS E GESTÃO POR PROCESSOS.....	30
GESTÃO ORGANIZACIONAL.....	30
ORGANIZAÇÃO – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	31
GESTÃO DA QUALIDADE E EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	32
EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A REFORMA DO ESTADO.....	32
ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO.....	33
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS.....	33
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	33
CONTABILIDADE PÚBLICA.....	34
RECONHECIMENTO INICIAL.....	34
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO.....	34
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC).....	35
GESTÃO DE PESSOAS.....	36
ESTILOS DE LIDERANÇA.....	36
TEORIAS DA MOTIVAÇÃO (MASLOW X HERZBERG).....	37
PROCESSO DE TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TD&E).....	37
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	38
DOS INDÍGENAS – ART. 231 CF.....	38
MEIO AMBIENTE.....	38
REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS.....	39
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	39
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	40
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	40
TAXAS.....	40
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	41
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA.....	41
CARGO 2: ANALISTA AMBIENTAL.....	42
TEMA 1: PROTEÇÃO, LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL BIODIVERSIDADE,	

LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL.....	42
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	42
POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	42
RENOVAÇÃO DE LICENÇAS.....	42
LEI Nº 10.410/2002.....	43
LEI Nº 9.966/2000 (LEI DO ÓLEO).....	43
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	44
FATO GERADOR DA TCFA.....	44
ISENÇÕES DO PAGAMENTO DA TCFA.....	44
ISENÇÕES DO PAGAMENTO DO RAPP.....	44
DIREÇÃO DO IBAMA.....	44
PROTEÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS.....	45
DECRETO Nº 5.705/2006.....	45
ORGANISMO VIVO MODIFICADO (OVM).....	45
OVM-FÁRMACO.....	45
AVALIAÇÃO DE RISCO NO PROTOCOLO DE CARTAGENA.....	46
PROTEÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS - NORMAS DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DE OGM.....	46
CATEGORIA DE OGM.....	46
DERIVADO DE OGM.....	46
APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.105/05.....	47
USO DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS.....	47
PROTEÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS.....	47
TIPOS DE PESCA.....	47
RGP E CTF.....	48
PRINCIPAIS DANOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE PESQUEIRA.....	48
PRINCIPAIS MÉTODOS DE PESCA INDUSTRIAL.....	48
PRINCIPAIS ILÍCITOS RELACIONADOS À PESCA.....	48
COMÉRCIO EXTERIOR.....	49
COMPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO ADUANEIRO.....	49
REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS.....	49
LICENCIAMENTO NO MÓDULO LPCO DO PUCOMEX.....	49
LICENÇAS E CERTIFICADOS CITES.....	50
PROCEDIMENTO ESPECIAL DE VERIFICAÇÃO DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAL.....	50
INCÊNDIOS FLORESTAIS – LEI Nº 14.944/2024.....	50
INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO.....	50
PROGRAMAS DE BRIGADAS FLORESTAIS.....	51
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE FOGO.....	51
CIMAN FEDERAL.....	51
USO DO FOGO.....	51
USO DO FOGO.....	51
QUEIMA CONTROLADA.....	52
QUEIMA PRESCRITA.....	52
LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL I.....	53
VELHO E NOVO REGIONALISMO.....	53
POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS E MEIO AMBIENTE.....	53
POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE.....	53
TERRITÓRIO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	54

LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL II.....	54
LICENÇAS ESPECÍFICAS.....	54
ANÁLISE DE IMPACTO AMBIENTAL NO EIA.....	54
INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE POLÍTICA AMBIENTAL.....	55
EIA X RIMA.....	55
BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - DENDROMETRIA.....	56
CUBAGEM RIGOROSA.....	56
BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - INVENTÁRIO FLORESTAL.....	56
AMOSTRAGEM CASUAL SIMPLES.....	56
AMOSTRAGEM CASUAL ESTRATIFICADA.....	56
AMOSTRAGEM CASUAL ESTRATIFICADA.....	57
AMOSTRAGEM SISTEMÁTICA.....	57
QUALIDADE AMBIENTAL.....	58
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 420/2009.....	58
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 362/2005.....	59
LICENCIAMENTO PARA DADOS SÍSMICOS (CONAMA Nº 350/2004).....	59
COMPORTAMENTO DE XENOBIÓTICOS NA BIOTA.....	59
MONITORAMENTO AMBIENTAL.....	60
SENSORIAMENTO REMOTO.....	60
CARGO 3: ANALISTA AMBIENTAL - TEMA 2: MANEJO, CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE.....	61
BIOLOGIA.....	61
TAXONOMIA, SISTEMÁTICA E CLASSIFICAÇÃO.....	61
HOTSPOTS DE BIODIVERSIDADE.....	61
FATORES BIOLÓGICOS DETERMINANTES DE RISCO DE EXTINÇÃO.....	62
NOÇÕES DE GEOGRAFIA.....	63
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	63
IMPACTOS NO MEIO RURAL E NATURAL.....	63
DEBATES AMBIENTAIS RECENTES.....	63
LEI Nº 5.197/1969. ILÍCITOS CONTRA A FAUNA.....	64
CAÇA NO BRASIL (LEI Nº 5.197/1967).....	64
EXCLUDENTES DE ILICITUDE.....	65
CRIMES CONTRA A FAUNA COM PENA DE RECLUSÃO.....	65
AUMENTO DE PENA NO CRIME DE ABATE.....	65

DICAS



PROFESSORA: ADRIANA FIGUEIREDO

LÍNGUA PORTUGUESA

SIGNIFICADOS DA PALAVRA “COMO”:

O vocábulo ‘como’ pode ter **diferentes valores** no texto.

1. Conformidade:

Realizou as tarefas como fora instruído.

Como veremos a seguir, sua resposta está correta.

2. Causa:

Como choveu muito, não fomos ao passeio.

Como ainda estava de luto, não quis sair à noite.

3. Comparação:

É sábio como um filósofo.

A terra queimava como fogo.

CONCORDÂNCIA VERBAL

Em concordância verbal, o verbo deve concordar com o **núcleo do sintagma**.

Ex.: A correção das provas extensas **terminou**.

A chegada dos portugueses às terras brasileiras **ocorreu** em 1500.

CRASE

A crase é **obrigatória** nas **locuções adverbiais, conjuntivas e prepositivas** cujo núcleo seja uma palavra feminina.

Ex.: Pagarei à vista.

Fica mais sábio à medida que estuda.

Estava à procura de emprego.

ADVÉRPIO DE INTENSIDADE

Normalmente, quando um **advérbio** modifica um **adjetivo** ou outro **advérbio**, ele indica **intensidade**.

Ex.: Montanha **muito** alta.

Ela acordou **bem** cedo.



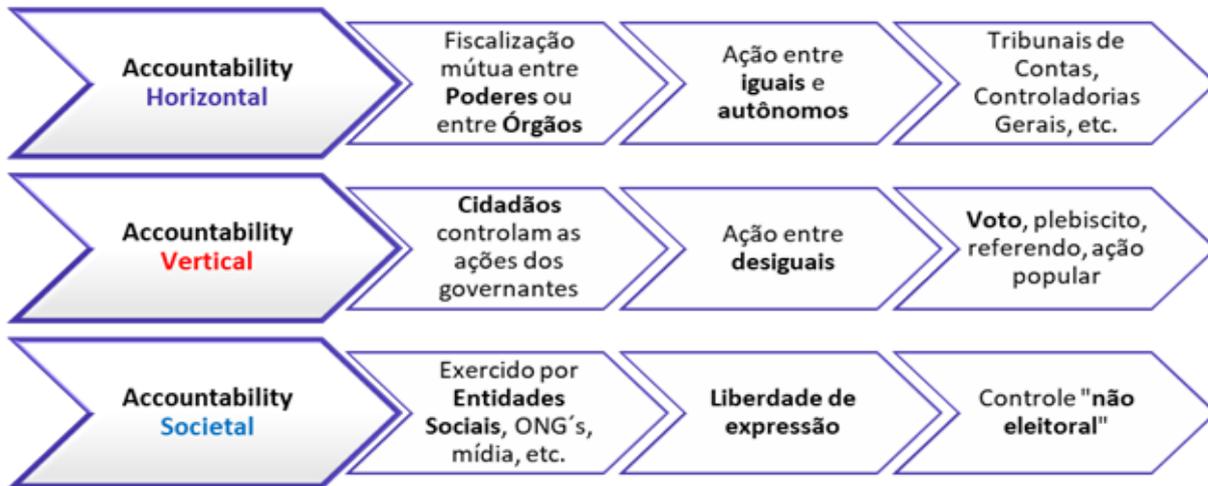
PROFESSOR: STEFAN FANTINI

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

GOVERNABILIDADE X GOVERNANÇA X ACCOUNTABILITY



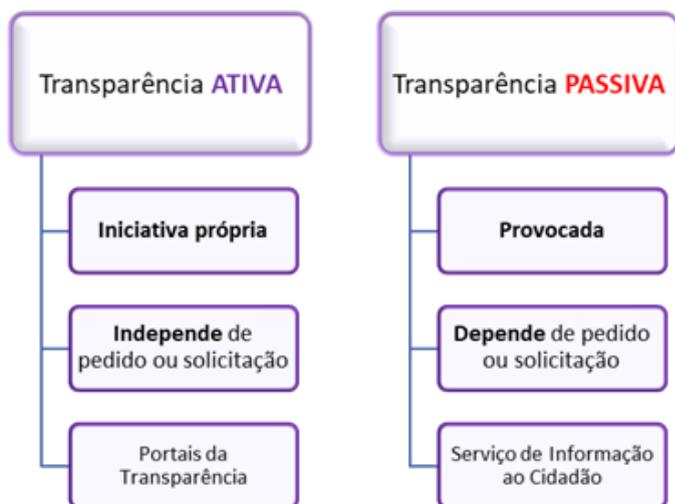
TIPOS DE ACCOUNTABILITY



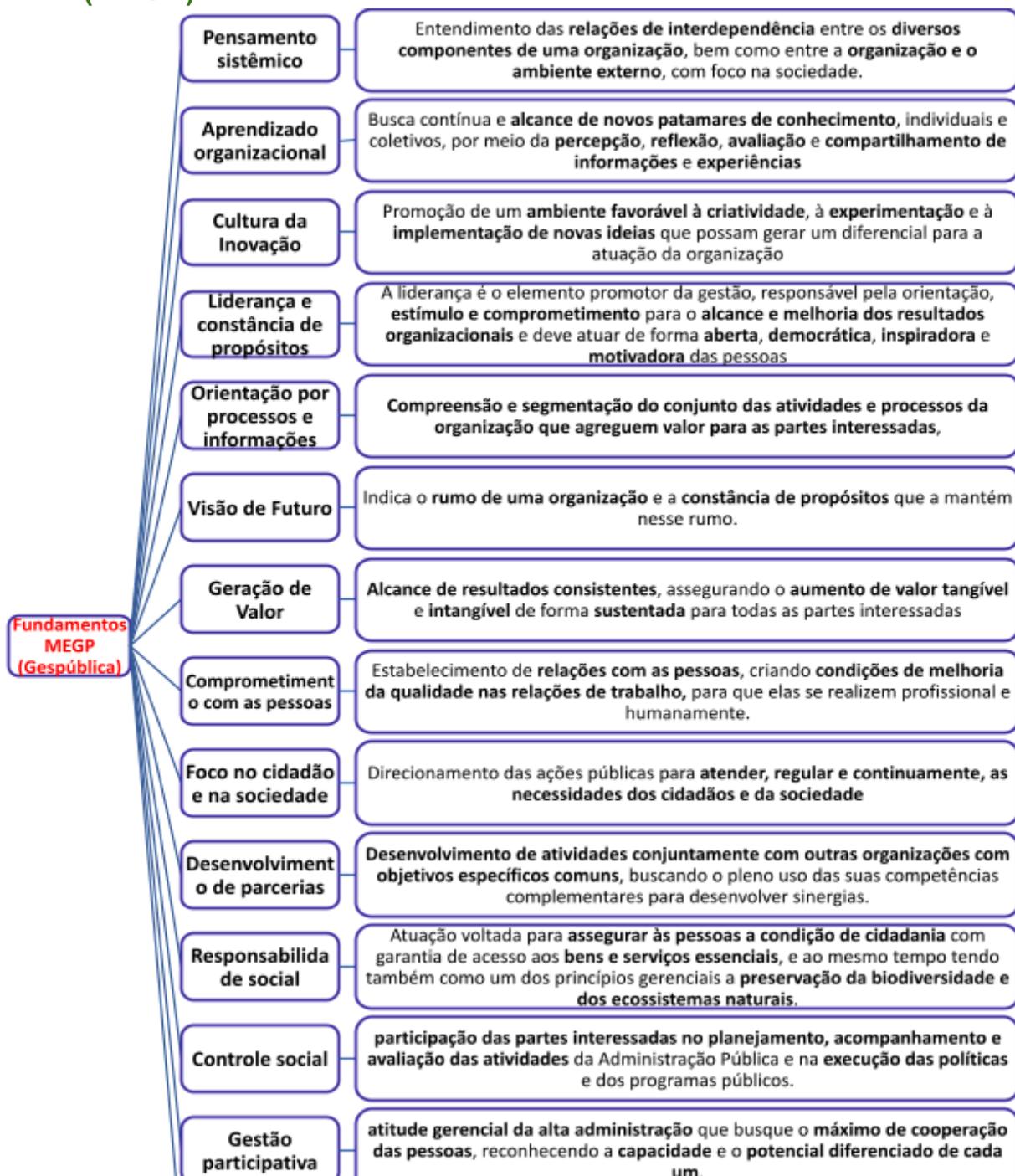
GESTÃO POR RESULTADOS



TRANSPARÊNCIA ATIVA X TRANSPARÊNCIA PASSIVA



FUNDAMENTOS DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA (MEGP)





PROFESSORA: GABRIELA ZAVADINACK

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA - AFO

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Para recebimento de transferências voluntárias, é obrigatória a comprovação, por parte do beneficiário, de (i) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos; (ii) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde; (iii) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal; e (iv) previsão orçamentária de contrapartida.

PPA 2024-2027

Dentro do PPA 2024-2027, a dimensão estratégica é formada pela visão de futuro, valores, diretrizes, eixos temáticos e objetivos estratégicos, enquanto os programas constam da dimensão tática. O programa finalístico é o conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários com vistas à concretização do objetivo (entrega de bem/serviço à sociedade), enquanto o programa de gestão é o conjunto de ações governamentais relacionadas à gestão da atuação governamental ou à manutenção da capacidade produtiva das empresas estatais, financiadas por ações orçamentárias e não orçamentárias que não são passíveis de associação aos programas finalísticos.



PROFESSOR: TIAGO ZANOLLA

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

É dever do servidor denunciar ato de ilegalidade, omissão, assédio ou abuso de poder, de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos que possam levar à respectiva comprovação.

PRESENTES

Não são caracterizados como presentes prêmios por reconhecimento intelectual, concursos públicos para trabalhos acadêmicos ou científicos e bolsas de estudos, desde que não haja interesse do patrocinador em decisão do agente público.

DISCRIMINAÇÃO

Discriminação tem origem na diferença entre pessoas e compreende toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão.



PROFESSORA: EMANNUELLE GOUVEIA

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROTOCOLO DE EMAIL

Protocolo SMTP – é o protocolo responsável pelo envio de mensagens de correio eletrônico (e-mail) da máquina do usuário para o servidor de email.

Protocolo POP – é o protocolo responsável por verificar e transferir as mensagens do servidor de mensagens para o computador do usuário. Nesse processo, retira-as do servidor e realiza a leitura na máquina do usuário.

Protocolo IMAP – também é responsável por permitir o recebimento de mensagens de e-mail. Sua grande diferença em relação ao POP é que não é feita a transferência física da mensagem de email do servidor para a máquina do usuário. Apenas uma cópia da mensagem é transferida, permanecendo ela no servidor.

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Quando falamos em segurança da informação, temos por horizonte cinco princípios básicos:

Princípio	Descrição
Confidencialidade	Garantir que o acesso útil aos dados será só para quem deve tê-lo.

Integridade	Garantir que o estado do dado só será alterado com permissão.
Autenticidade	Garantir que quem realiza a operação é quem diz ser.
Não repúdio	Garantir que a autoria da operação não poderá ser negada. Esse princípio também é chamado de irretratabilidade.
Disponibilidade	Garantir que os dados e serviços estão disponíveis quando e para quem devem estar.

PRINCÍPIOS DA LGPD

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CONCEITOS E TIPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Inteligência Artificial (IA) é uma aplicação direta da ciência de dados e computação cujo objetivo é criar máquinas capazes de agir simulando o pensamento e o comportamento humano.

A Inteligência Artificial Explicável (Explainable AI, ou XAI) é um conjunto de processos e métodos que permitem aos usuários compreenderem e confiarem nos resultados e saídas criados por algoritmos de aprendizado de máquina, descrevendo um modelo de IA, seu impacto esperado e possíveis vieses.

Já a Inteligência Artificial Responsável (Responsible AI) é uma abordagem para desenvolver, avaliar e implantar sistemas de IA de maneira segura, confiável e ética e envolve a consideração do impacto mais amplo na sociedade dos sistemas de IA e as medidas necessárias para alinhar essas tecnologias com os valores dos *stakeholders*, padrões legais e princípios éticos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO DE ANALISTA AMBIENTAL



PROFESSORA: ADRIANE FAUTH

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

SOCIOLÓGICO

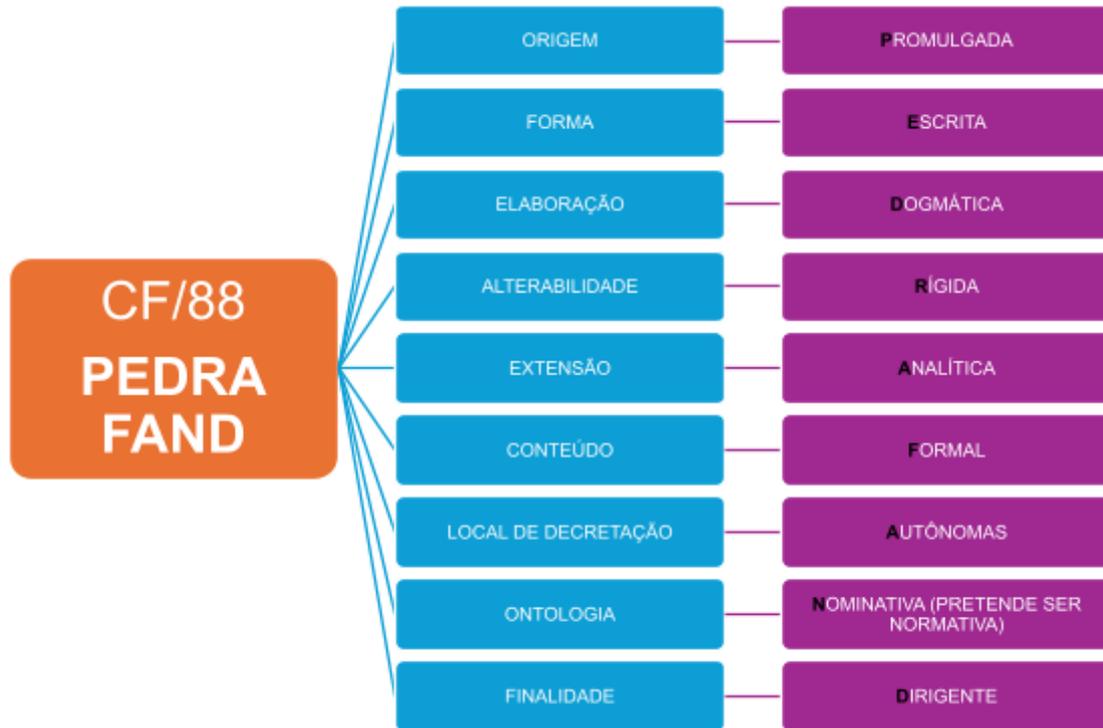
- FERDINAND LASSALLE
- A soma de fatores reais de poder dentro de uma sociedade
- Constituição real
- Constituição Jurídica: "a folha de papel"

POLÍTICO

- CARL SCHMITT
- Decisão política fundamental
- Constituição (material)
- Leis Constitucionais (formal)

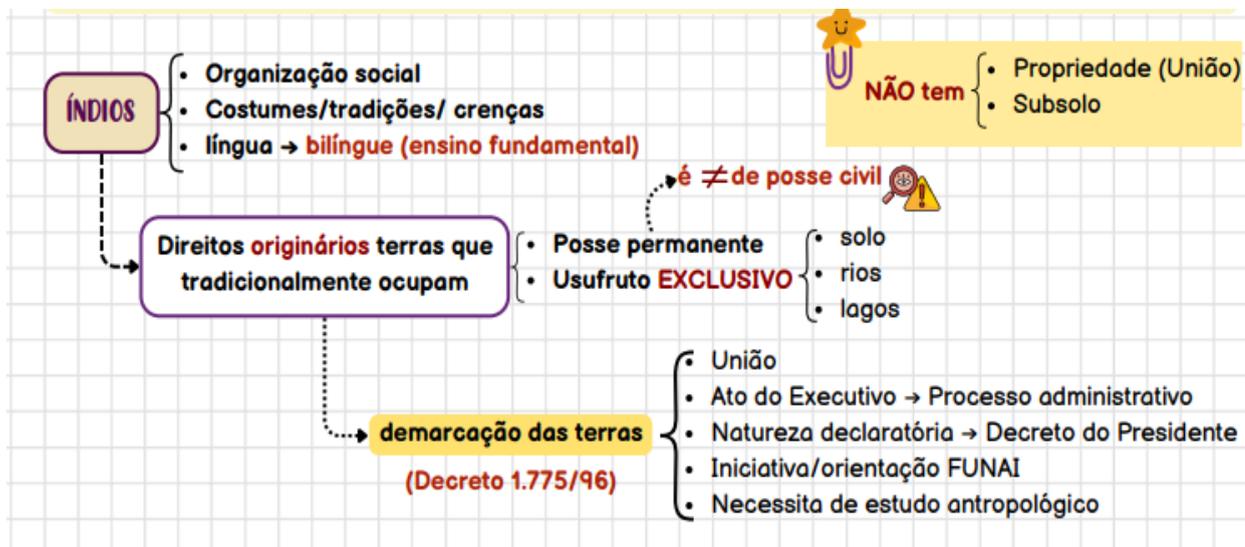
JURÍDICO

- HANS KELSEN - "Dever ser"
- Lógico-jurídica: norma hipotética fundamental
- Jurídico-positiva: norma positiva suprema



DOS INDÍGENAS

STF: TEORIA DO INDIGENATO (SEM MARCO TEMPORAL)



PERDA DA NACIONALIDADE

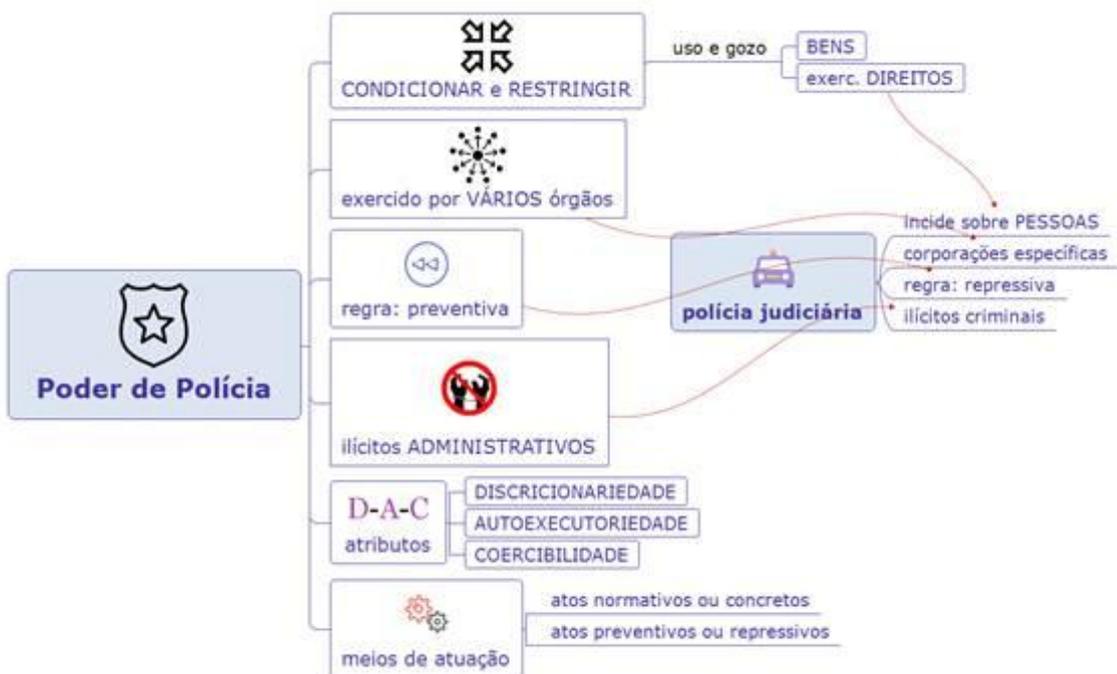




PROFESSOR: ANTONIO DAUD

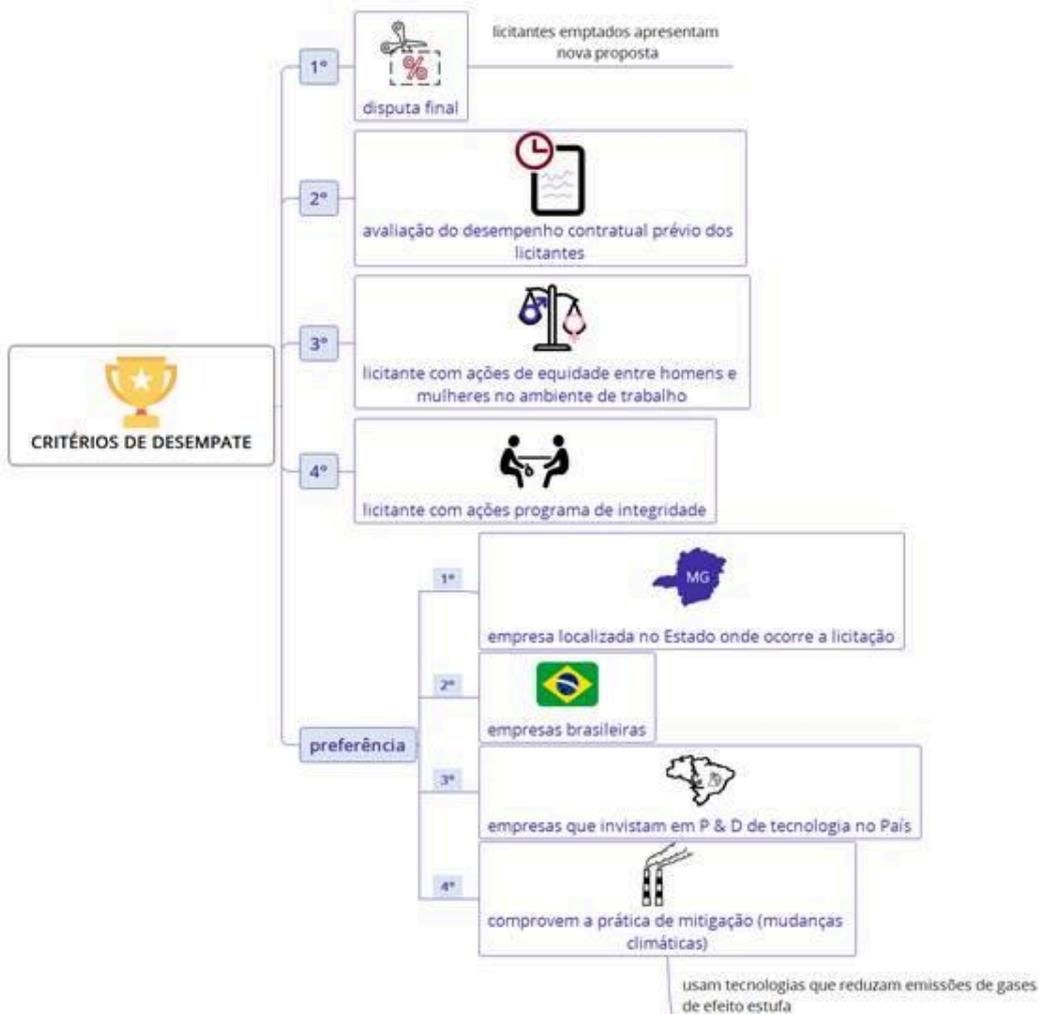
DIREITO ADMINISTRATIVO

PODER DE POLÍCIA

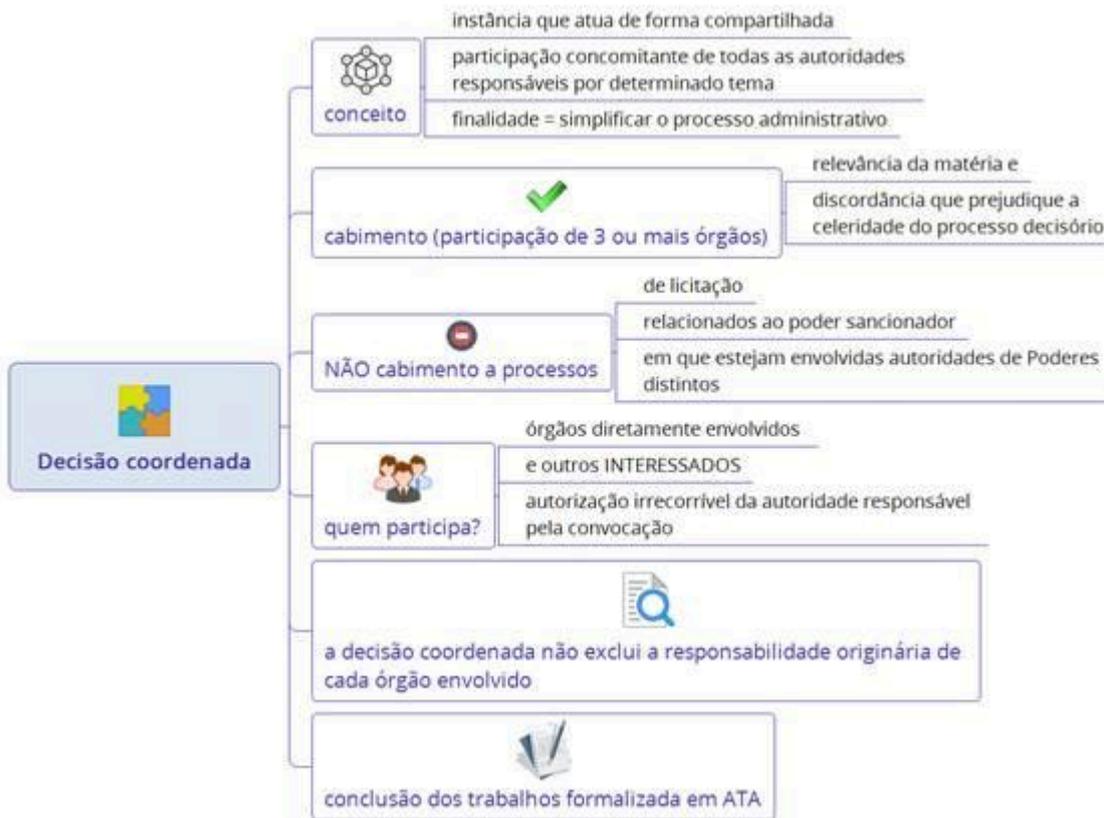




CRITÉRIOS DE DESEMPATE NAS LICITAÇÕES



DECISÃO COORDENADA (LEI 9.784/1999)





PROFESSORA: GÉSSICA EHLE

DECRETO N.º 9.991/2019 - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DAS REGRAS DE AFASTAMENTO DO PAÍS

Na hipótese de viagem com a finalidade de aperfeiçoamento, o ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança somente poderá afastar-se do País pelo período máximo de trinta dias.

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - PNDP

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP – tem como instrumentos seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas, com seu relatório de execução, e seu Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento, acompanhado de relatório consolidado de execução. Bem como, tem por modelos as metodologias, as ferramentas informatizadas e as trilhas de desenvolvimento, conforme as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

ESCOLAS DE GOVERNO

As escolas de governo, mantidas pelo Poder Executivo federal, têm o objetivo de promover o desenvolvimento de servidores públicos, tendo autonomia para decidir sobre a priorização das necessidades de desenvolvimento de competências, planejando, organizando e executando a oferta de ações a fim de atender as necessidades mais relevantes dos planos de desenvolvimento de pessoas (PDP).

PARCELAMENTO DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

A licença para capacitação poderá ser parcelada em, no máximo, seis períodos e o menor período não poderá ser inferior a quinze dias.



PROFESSORA: ANDREA BELO

LÍNGUA INGLESA

LEITURA DE TEXTOS EM INGLÊS

Para agilidade na leitura, compreensão do texto e identificação do assunto, é ideal usar as técnicas Scanning e Skimming, que ajudam na hora das respostas de acordo com o que foi lido com eficácia, como vimos em nossas aulas. Atenção aos falsos cognatos e expressões idiomáticas, também explorados em nosso material.

VERBOS

Em frases com verbos sem grandes modificações, apenas o acréscimo de -s, -es ou -ies são exemplos do tempo Presente. Terminação -ed ou letras diferentes, do Passado. Uso do auxiliar *will* ou presença do *going to*, do Futuro. Modais também aparecem - tabela resumida disponível no material.

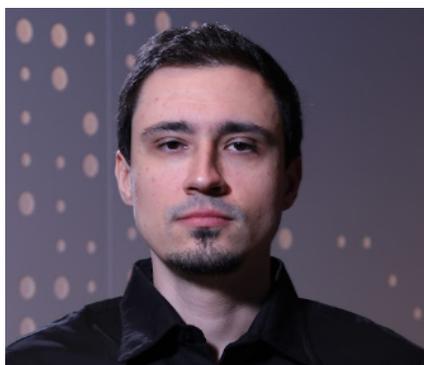
CONJUNÇÕES

Alguns sinônimos de conectivos são cobrados nas questões, tais como, para adição, FURTHERMORE, que pode ser substituído por MOREOVER entre outros. Para contraste, temos BUT, que pode ser substituído pelo HOWEVER, pelo NEVERTHELESS e outros. FOR EXAMPLE é similar a FOR INSTANCE e SUCH AS. No material, você encontra mais exemplos.

PRONOMES

Os que mais aparecem são SUBJECT, OBJECT e POSSESSIVE pronouns, tais como you, he, she, her, him, their, them etc. Geralmente, é cobrado a que/quem se referem. Também os RELATIVE pronouns WHO e WHICH têm grande destaque nas perguntas a que/quem se referem. Treine questões do banco e material.

CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO



PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

As atividades empresariais públicas ou privadas devem ser exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

RENOVAÇÃO DE LICENÇAS

A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

LEI Nº 10.410/2002

REGRAS PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL

- 1 ano de efetivo exercício em cada padrão
- ≥ 70% de pontuação nas avaliações de desempenho individual

REGRAS PARA PROMOÇÃO

- 1 ano de efetivo exercício em cada padrão
- ≥ 80% de pontuação nas avaliações de desempenho individual
- Participação em eventos de capacitação

CÓDIGO FLORESTAL

Na implantação de reservatório de água **artificial** destinado à geração de energia ou ao abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de **servidão administrativa** pelo empreendedor das APPs criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de **30m** e máxima de **100m** em área rural, e a faixa mínima de **15m** e máxima de **30m** em área urbana.



PROFESSOR: RICARDO CAMPANARIO

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

SIGAD – SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS

É um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, **processado por computador**.

- O sucesso do SIGAD dependerá, fundamentalmente, da **implementação prévia de um programa de gestão arquivística** de documentos.
- Deve ser **híbrido**, ou seja, apto a tramitar documentos digitais e físicos (nesse caso, os seus **metadados**).

E-ARQ BRASIL E REQUISITOS

- O **e-ARQ é uma especificação de requisitos** a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de **garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade**.
- Os requisitos podem ser **funcionais** (especificam uma função que o sistema deve ser capaz de realizar sob o ponto de vista do usuário final) → organização de documentos (incluindo o plano de classificação), captura, avaliação (incluindo a destinação), recuperação da informação, elaboração de documentos, tramitação, segurança e preservação; ou **não funcionais** (não estão diretamente relacionados à funcionalidade do sistema) → armazenamento, funções administrativas, conformidade com a legislação e regulamentações, usabilidade, interoperabilidade, disponibilidade, desempenho e escalabilidade.

GESTÃO DOCUMENTAL

- Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento **em fase corrente e intermediária**, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

LOGÍSTICA REVERSA

- É a **“volta” do produto (ou do que restou dele) pela cadeia, em seu sentido inverso**. Ou seja, do consumidor para o fornecedor. Pode acontecer no pós-consumo (produto que foi usado) para descarte correto, reutilização, reciclagem, etc ou no pós-venda (produto que não foi usado) para troca, devolução, assistência técnica, etc. Geralmente, o **pós-consumo tem impacto ambiental e é considerado Logística Verde**, já o pós-venda, nem sempre. Mas isso não é uma regra, fique atento à questão!

CONCEITUAÇÃO MATERIAL X PATRIMÔNIO

- A administração de materiais trata de materiais (possuem **caráter não permanente** e são consumidos ao longo do processo produtivo ou incorporados ao produto final), enquanto a patrimonial trata de bens (possuem **caráter relativamente permanente**, se desgastam e são depreciados, mas não “desaparecem” ao longo do processo produtivo).

CONTROLE PATRIMONIAL (BENS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS)

- É composto por **3 grandes etapas**: o **tombamento** do bem (seu ingresso no sistema de controle patrimonial); o **acompanhamento** dentro da organização (movimentações, manutenção, depreciação, etc) e a **baixa** patrimonial (saída do bem do sistema de controle patrimonial a partir do momento que ele não faz mais parte do ativo imobilizado da organização).

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

- Também composta por **3 grandes etapas**: **compras** (entrada de matéria-prima e materiais em geral na organização); **estocagem/armazenagem** (seja de matérias-primas ou de materiais antes do processo produtivo ou dos produtos acabados pós-produção) e **distribuição/transporte** (entrega dos produtos acabados para os clientes).



PROFESSORA: ELISABETE MOREIRA

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

GESTÃO DE PROJETOS E GESTÃO POR PROCESSOS

GESTÃO POR PROCESSOS

Atividades **contínuas e repetitivas**.

Resultado **padronizado**.

Componentes: **macroprocessos, processos, atividades e tarefas**.

Ciclo de Vida: **análise (AS-IS), desenho (TO_BE), implementação, monitoramento e transformação**.

GESTÃO DE PROJETOS

Esforço **não repetitivo e temporário**.

Resultado **único e singular**.

Componentes: **portfólios, programas e projetos**.

Ciclo de Vida: **iniciação, planejamento, execução e encerramento – preditivo, híbrido, adaptativo (ágeis)**.

GESTÃO ORGANIZACIONAL

A Gestão Estratégica é formada por: planejamento estratégico, implementação e avaliação da estratégia, formando um ciclo contínuo e sistemático.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

COMPONENTES

Visão

- **Onde** queremos chegar?
- É o **sonho** do executivo para o futuro da organização.
- **Direcionamento** para os próximos anos.
- **Propósito futuro – objetivo de longo prazo.**
- **Ápice** do desenvolvimento.
- **Temporal e mutável.**

Missão

- **Por que existimos?** Qual é a nossa **razão de ser**?
- Qual é o **nosso negócio?** Qual é o **impacto social**?
- Quem é o **cliente?** O que tem **valor para o cliente?**
- **Orientadora e delimitadora, clarifica objetivos, explica grupos, necessidades de clientes e mercados onde atua.**

Valores

- **Atemporal.**
- **Em que acreditamos?**
- **Crenças, princípios – relacionados à cultura.**
- Base para a **tomada de decisão e comportamento** dos membros.
- Alinhados aos **stakeholders.**

ORGANIZAÇÃO – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

As estruturas organizacionais formais modernas são condicionadas pelo ambiente, tecnologia estratégica, ciclo de vida e tamanho da organização e apresentam os seguintes tipos:

Linear **Unidade de comando;** autoridade **linear**

Funcional **Variedade de comando;** autoridade de **staff – foco especialização**

Linha-staff **Unidade de comando;** autoridade **linear e staff**

Divisional	Unidade de comando; várias unidades de negócio – foco resultado
Matricial	Variedade de comando; autoridade funcional e de projeto
Rede	Parceria, propósito comum

GESTÃO DA QUALIDADE E EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O Modelo de Excelência da Gestão – MEG é adaptável a todo tipo de organização, inclusive às organizações públicas, caracterizando-se como um modelo sistêmico, de aprendizado, melhoria contínua e não prescritivo.

EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A REFORMA DO ESTADO

MODELOS

CARACTERÍSTICAS

Patrimonial	Pessoalidade, corrupção, nepotismo, lealdade, prebendas.
Burocrático	Impessoalidade, formalismo, legalidade, regras, padrões, especialização, meritocracia, hierarquia, poder racional-legal.
Gerencial	Resultado, ferramentas de gestão privada, flexibilidade, autonomia, descentralização, governança, <i>accountability</i> , equidade.



PROFESSORA: GABRIELA ZAVADINACK

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS

As descentralizações de créditos são utilizadas para a execução de ações de responsabilidade do órgão, fundo ou entidade descentralizadora, efetuadas no âmbito do respectivo ente da Federação. Ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária, por meio de dotação, destaque e provisão.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.



PROFESSOR: GILMAR POSSATI

CONTABILIDADE PÚBLICA

RECONHECIMENTO INICIAL

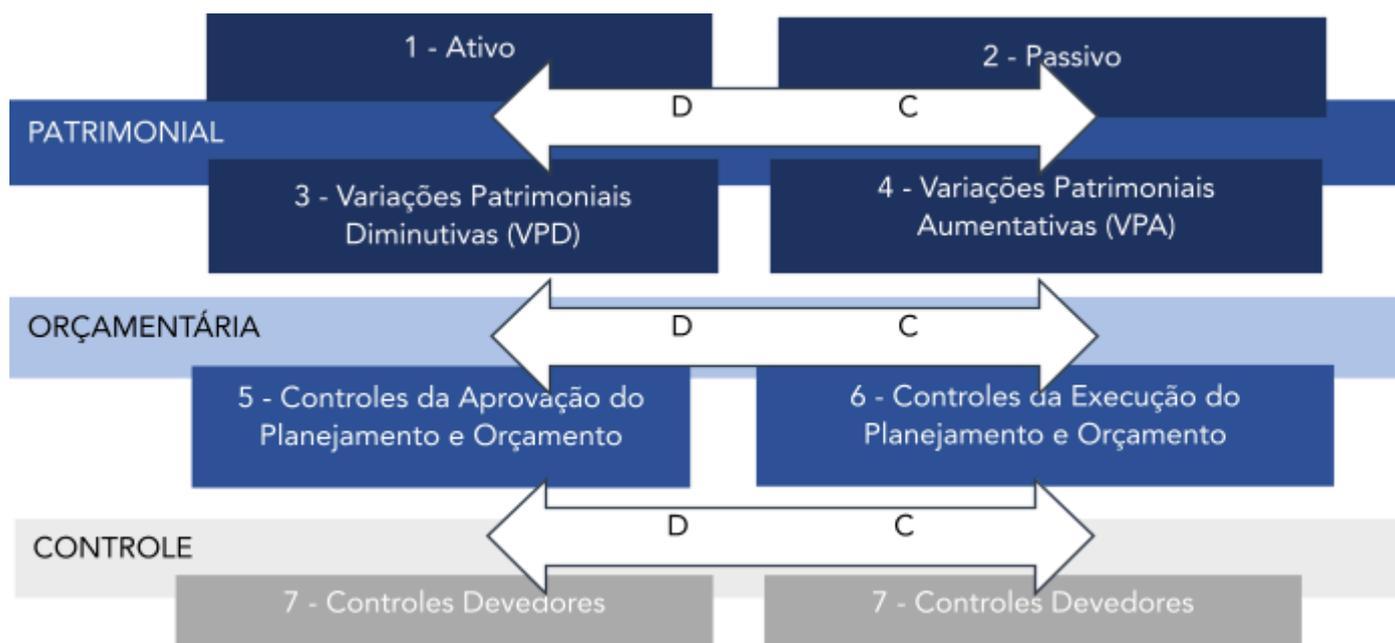
Saiba o que entra no custo dos estoques, imobilizado e intangível adquirido separadamente!

O **custo inclui**: preço de compra; tributos não recuperáveis; frete (transporte); seguro; manuseio; outros custos diretamente atribuíveis (honorários, preparação do local, remoção).

Não entram no custo (é VPD): descontos comerciais, abatimentos, custos administrativos, perdas anormais...

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A DFC é estruturada em três fluxos. Saber os principais exemplos de transações de cada fluxo é fundamental!

Atividades Operacionais: ingressos e desembolsos relacionados à ação pública.

Receitas Correntes; Remuneração Disponibilidades; Outras Receitas Derivadas/Originárias; Transferências recebidas/concedidas; VPD Pessoal; Juros e Encargos da Dívida.

Atividades Investimento: aquisição e alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.

Atividades Financiamento: recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos (obtidos); Integralização capital social (empresas dependentes).



PROFESSOR: DOUGLAS SCHNEIDER

GESTÃO DE PESSOAS

ESTILOS DE LIDERANÇA

Tradicionais:

- **Autocrática:** decisões centralizadas no líder, pouca participação da equipe.
- **Democrática:** decisões compartilhadas com o grupo, estimula a participação.
- **Liberal (*Laissez-faire*):** líder com pouca interferência, autonomia total para a equipe.

Modernos:

- **Carismática:** líder influencia pelo seu carisma pessoal, conquistando confiança e engajamento emocional dos liderados.
- **Transacional:** baseada em trocas por meio de recompensa ou punição.
- **Transformacional:** o líder inspira mudanças profundas, engajando os liderados à missão e visão organizacional.

TEORIAS DA MOTIVAÇÃO (MASLOW X HERZBERG)

Maslow (hierarquia das necessidades):

- Fisiológicas: básicas para a sobrevivência.
- Segurança: proteção e estabilidade.
- Sociais: relações interpessoais.
- Estima: reconhecimento e *status*.
- Autorrealização: desenvolvimento pleno do potencial individual.

Herzberg (teoria dos dois fatores):

- **Higiênicos:** evitam insatisfação (salário, condições físicas, segurança, relações interpessoais).
- **Motivacionais:** geram satisfação efetiva (realização, reconhecimento, crescimento profissional, desafios).

PROCESSO DE TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TD&E)

Etapas principais:

- **Levantamento de necessidades:** identifica lacunas (quem, o quê e por que treinar).
 - **Planejamento/desenho:** define objetivos, conteúdos, métodos e recursos.
 - **Execução:** realiza o treinamento ou capacitação conforme planejado.
 - **Avaliação:** verifica resultados obtidos em relação aos objetivos definidos, medindo eficácia e impacto.
-



PROFESSORA: ADRIANE FAUTH

DIREITO CONSTITUCIONAL

DOS INDÍGENAS – ART. 231 - CF

Teoria do Indigenato: o STF reconheceu expressamente que o direito às terras indígenas não se sujeita ao marco temporal de 05/10/1988 nem à necessidade de conflito físico ou controvérsia judicial na mesma data.

MEIO AMBIENTE

É **inconstitucional** a interpretação da legislação federal que possibilita o **abate imediato** de animais apreendidos em situação de maus-tratos. O art. 225, § 1º, VII, da CF/88 impõe a proteção à fauna e proíbe qualquer espécie de maus-tratos aos animais.

STF. Plenário. ADPF 640 MC-Ref/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 17/9/2021 (Info 1030).

É **constitucional** norma estadual que, ao instituir o Código de Proteção aos Animais, **proíbe a prática de rinha de galos** e fixa multas a todos os participantes envolvidos no evento, independentemente da responsabilidade civil e penal individualmente imputável a cada um, — pois respeita as regras de repartição de competência e concretiza a proteção referente à vedação, em cláusula genérica, a qualquer forma de submissão de animais a atos de crueldade (art. 225, § 1º, VII, CF/88)

STF. Plenário. ADI 7.056/SC, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 30/09/2024 (Info 1152).

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS



FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

GARANTIAS	JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	DEFENSORIA PÚBLICA	ADVOCACIA PÚBLICA
AUTONOMIA: ADMINISTRATIVA/ FUNCIONAL/ FINANCEIRA	SIM	SIM	SIM	NÃO
VITALICIEDADE	SIM	SIM	NÃO	NÃO
ESTABILIDADE	NÃO	NÃO	SIM	SIM
INAMOVIBILIDADE	SIM	SIM	SIM	NÃO
IRREDUTIBILIDADE	SIM	SIM	SIM	SIM



PROFESSOR: FÁBIO DUTRA

DIREITO TRIBUTÁRIO

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Não confundir obrigação tributária com acessória:

Obrigação Tributária Principal: envolve pagamento de tributo ou multa tributária

(lembre-se: P = Pagamento e P = Principal).

Obrigação Tributária Acessória: obrigações de fazer ou deixar de fazer

(ex.: emissão de nota fiscal).

TAXAS

As taxas podem ser instituídas pela **União, Estados, DF e Municípios**.

Assim como qualquer tributo, devem ser **instituídas por lei**.

Os fatos geradores das taxas podem ser:

- Exercício regular do **poder de polícia** (ex.: TCFA);
- Utilização de serviços públicos **específicos e divisíveis** (ex.: Taxa de coleta de lixo).

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Os prazos serão contínuos, **excluindo-se, na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.**

O início do procedimento **exclui a espontaneidade do sujeito passivo** em relação aos atos anteriores, independentemente de intimação dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

Autos de Infração ou Notificações de Lançamento devem ser **distintos para cada tributo ou penalidade.**

TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA

Fato Gerador: ela é devida em razão do exercício regular do poder de polícia conferido ao Ibama para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, *in loco* ou indiretamente, através da análise de dados relativos ao sujeito passivo.

Destinação: os recursos arrecadados com a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental terão sua utilização restrita para atividades de controle e fiscalização ambiental.

Isenção para: as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas assim definidas na legislação, aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais.

CARGO 2: ANALISTA AMBIENTAL

**TEMA 1: PROTEÇÃO, LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL
BIODIVERSIDADE, LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO E QUALIDADE
AMBIENTAL**



PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

As atividades empresariais públicas ou privadas devem ser exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

RENOVAÇÃO DE LICENÇAS

A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

LEI Nº 10.410/2002

REGRAS PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL

- 1 ano de efetivo exercício em cada padrão
- ≥ 70% de pontuação nas avaliações de desempenho individual

REGRAS PARA PROMOÇÃO

- 1 ano de efetivo exercício em cada padrão
- ≥ 80% de pontuação nas avaliações de desempenho individual
- Participação em eventos de capacitação

LEI Nº 9.966/2000 (LEI DO ÓLEO)

Categoria A: alto risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático;

Categoria B: médio risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático;

Categoria C: risco moderado tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático;

Categoria D: baixo risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.



PROFESSOR: GUILHERME TOMASONI

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

FATO GERADOR DA TCFA

Tributo cobrado pelo IBAMA; devido ao exercício do poder de polícia do IBAMA; **não varia** em função do **número de dias** em que as atividades potencialmente poluidoras são realizadas durante o trimestre; os **recursos** arrecadados através da TCFA são destinados **exclusivamente a atividades de controle e fiscalização ambiental**.

ISENÇÕES DO PAGAMENTO DA TCFA

Entidades públicas em qualquer nível de governo; entidades filantrópicas (como definidas por lei); aqueles que praticam agricultura de subsistência; e populações tradicionais (como indígenas ou comunidades que vivem de forma tradicional).

ISENÇÕES DO PAGAMENTO DO RAPP

O **período** de preenchimento e entrega do RAPP será **de 1º de fevereiro a 31 de março** de cada ano. Os **dados e as informações** que serão preenchidas e entregues deverão ser sobre as atividades exercidas **de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior**.

DIREÇÃO DO IBAMA

O IBAMA será dirigido por **um Presidente** e por **cinco Diretores**.



PROFESSORA: ANA CRISTINA

PROTEÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS

DECRETO Nº 5.705/2006

O Decreto nº 5.705, de 16 de fevereiro de 2006, promulgou o **Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança**, que é um acordo internacional vinculado à **Convenção sobre Diversidade Biológica**.

ORGANISMO VIVO MODIFICADO (OVM)

Organismo vivo modificado (OVM) é qualquer organismo vivo com **material genético modificado pela biotecnologia moderna**. Se a banca afirmar que um OVM é qualquer organismo geneticamente modificado, sem especificar que a modificação foi feita por biotecnologia moderna, isso torna a questão errada.

OVM-FÁRMACO

O Protocolo de Cartagena **não** se aplica ao movimento transfronteiriço de **OVMs usados como fármacos para seres humanos**, desde que já estejam cobertos por

outros acordos internacionais. Mas atenção: se um OVM-fármaco não estiver regulado por outro tratado, o país pode aplicar o Protocolo de Cartagena.

AVALIAÇÃO DE RISCO NO PROTOCOLO DE CARTAGENA

Se a questão mencionar **avaliação de risco**, lembre-se de que ela é um **requisito essencial** para a importação de OVMs e deve ser **baseada em ciência!** Além disso, o **exportador** pode ser responsabilizado pelo **custo**.



PROFESSORA: ANA PAULA SALIM

PROTEÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS - NORMAS DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DE OGM

CATEGORIA DE OGM

Não se inclui na categoria de OGM o resultante de técnicas que impliquem a introdução direta de material hereditário em um organismo, desde que não envolvam a utilização de moléculas de ADN/ARN recombinante ou OGM.

DERIVADO DE OGM

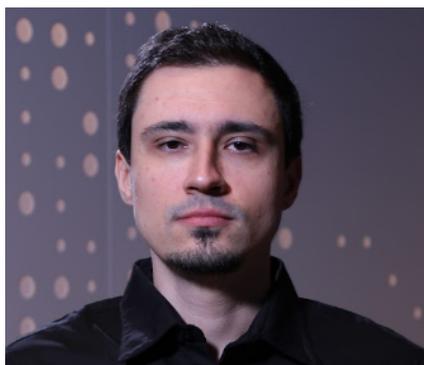
Derivado de OGM é o produto obtido de OGM que não possua capacidade autônoma de replicação ou que não contenha forma viável de OGM.

APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.105/05

A Lei nº 11.105/05 não se aplica a modificações genéticas obtidas por mutagênese, hibridoma animal, fusão celular de plantas e autoclonagem de organismos não patogênicos, desde que não envolvam OGM como receptor ou doador.

USO DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS

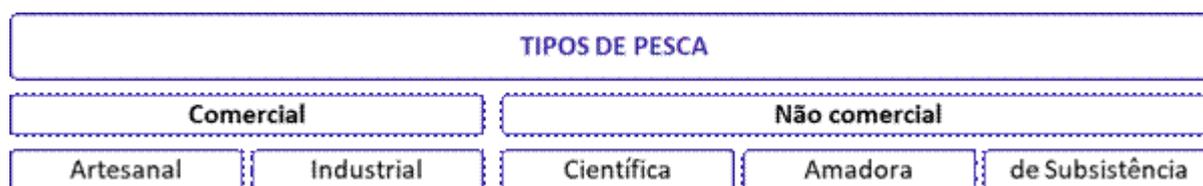
A Lei nº 11.105/05 permite o uso de células-tronco embrionárias para pesquisa e terapia quando os embriões forem inviáveis ou estiverem congelados há 3 anos ou mais, desde que haja consentimento dos genitores (art. 5º).



PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA

PROTEÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS

TIPOS DE PESCA



RGP E CTF

Toda pessoa, seja física ou jurídica, envolvida em atividades pesqueiras, assim como as embarcações de pesca, devem ser previamente registradas no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), bem como no Cadastro Técnico Federal (CTF).

PRINCIPAIS DANOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Sobrepesca (captura excessiva), captura acidental (*bycatch*), destruição de habitats (sobretudo ecossistemas sensíveis), poluição marinha (plástico, óleo, redes), introdução de espécies invasoras (ex.: tilápia) e impactos em comunidades (pescadores artesanais).

PRINCIPAIS MÉTODOS DE PESCA INDUSTRIAL

Rede de arrasto (parelha, simples e duplo); Cerco (bolsa); Emalhe (rede vertical); Espinhel (linha principal e secundárias); Armadilhas (potes, manzuás); Linha e isca viva – *pole and line* (espécies grandes), Garateias e Zangarilhos (captura de calamares); e linha de fundo/mão (linha com vários anzóis).

PRINCIPAIS ILÍCITOS RELACIONADOS À PESCA



PROFESSOR: ÁULUS WARZEÉ

COMÉRCIO EXTERIOR

COMPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO ADUANEIRO

O Território Aduaneiro compreende todo o território nacional e pode ser dividido em: Zona Primária, formada pelas áreas demarcadas pela autoridade aduaneira nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados; e Zona Secundária, composta

pela parte restante do território nacional, incluídas as águas territoriais e o espaço aéreo.

REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS

Os Regimes Aduaneiros Especiais são determinados pela natureza da operação de comércio exterior subjacente e pela finalidade econômica do bem em questão, sendo caracterizados pela suspensão da exigibilidade dos tributos federais durante seu prazo de vigência, como regra.

LICENCIAMENTO NO MÓDULO LPCO DO PUCOMEX

As licenças obtidas no módulo LPCO têm prazo de validade estabelecido em legislação específica e devem ser emitidas, como regra, de modo a permitir a vinculação a mais de uma DUIMP ou DUE. O licenciamento com restrição de embarque na importação é excepcional, dependendo de previsão em legislação específica.

LICENÇAS E CERTIFICADOS CITES

As Licenças e os Certificados CITES são emitidos pelo IBAMA na condição de Autoridade Administrativa designada pelo Brasil para a aplicação da Convenção. As Licenças e Certificados CITES emitidas pelo IBAMA são intransferíveis e podem ter o seu prazo de validade estabelecido até o máximo de seis meses.

PROCEDIMENTO ESPECIAL DE VERIFICAÇÃO DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAL

Caso não haja comprovação da origem declarada, o importador dos produtos que foram objeto do procedimento de verificação deve adotar a origem determinada pela SECEX. A origem determinada pela SECEX estende-se, ainda, às importações de produtos idênticos do mesmo produtor.



PROFESSORA: MONIK BEGNAME

INCÊNDIOS FLORESTAIS – LEI N° 14.944/2024

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO

Os instrumentos da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo incluem planos de manejo, brigadas florestais, o Sisfogo, instrumentos financeiros, ferramentas de gerenciamento de incidentes, o Ciman Federal e ações de educação ambiental.

PROGRAMAS DE BRIGADAS FLORESTAIS

A implementação de brigadas florestais para atuar em terras indígenas, em territórios quilombolas e em unidades de conservação será realizada de maneira articulada entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou o órgão estadual competente, os povos indígenas e as comunidades quilombolas envolvidas e os respectivos órgãos competentes para a proteção dessas áreas e comunidades.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE FOGO

Compete ao Ibama, por meio de seus centros especializados, disponibilizar sistema padronizado, informatizado e seguro que permita o intercâmbio de informações entre as instituições que integram o Sisfogo.

CIMAN FEDERAL

O Ciman Federal, coordenado pelo Ibama, terá sua organização, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

USO DO FOGO

Compete ao Ibama em parceria com a Funai, com a Fundação Cultural Palmares, com o Incra e com a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos a implementação da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo no âmbito das terras indígenas, das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, de assentamentos federais, além de outras áreas de sua competência estabelecidas em lei.

USO DO FOGO

- As queimas prescritas são permitidas quando reguladas pelo órgão ambiental competente e alinhadas ao plano de manejo integrado do fogo. Esse procedimento deve seguir as diretrizes do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, garantindo um uso seguro e sustentável das queimadas.
- O uso do fogo na vegetação é permitido em áreas onde as condições justificam sua aplicação em práticas agrossilvipastoris. No entanto, é indispensável obter autorização prévia do órgão ambiental competente, seja para um imóvel rural específico ou de forma regionalizada, garantindo o controle da queima.
- O uso do fogo em práticas culturais e na agricultura de subsistência por povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares é permitido sem necessidade de autorização. No entanto, deve seguir procedimentos preventivos, como escolha adequada do clima, comunicação prévia à comunidade e uso de barreiras naturais ou aceiros para evitar a propagação do fogo.

QUEIMA CONTROLADA

Uso planejado, monitorado e controlado do fogo, realizado para fins agrossilvipastoris em áreas determinadas e sob condições específicas.

QUEIMA PRESCRITA

Uso planejado, monitorado e controlado do fogo, realizado para fins de conservação, de pesquisa ou de manejo em áreas determinadas e sob condições específicas, com objetivos predefinidos em plano de manejo integrado do fogo.



PROFESSOR: LEANDRO SIGNORI

LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL I

VELHO E NOVO REGIONALISMO

O regionalismo brasileiro fortalece identidades locais e influencia a cultura, a economia e a política. Coexistem o velho regionalismo e o novo regionalismo: o primeiro enfatiza a identidade cultural e disputas por autonomia política, enquanto o segundo foca na integração econômica e na adaptação à globalização.

POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS E MEIO AMBIENTE

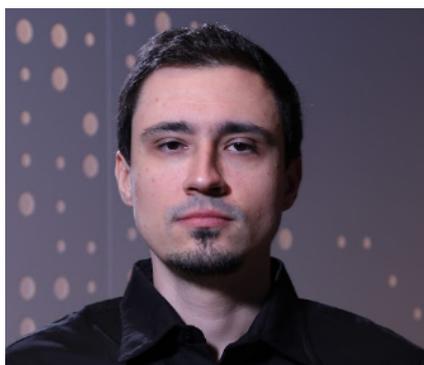
As políticas sociais brasileiras, como Bolsa Verde, Fomento Rural e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), promovem inclusão e sustentabilidade ao incentivar práticas produtivas que conciliem desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE

Políticas públicas equilibram desenvolvimento econômico, social e ambiental para garantir sustentabilidade. A sustentabilidade exige planejamento integrado e participação de sociedade, setor privado e governo. Políticas de Estado garantem continuidade de ações sustentáveis além dos ciclos governamentais.

TERRITÓRIO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O território no licenciamento ambiental não se restringe apenas à sua dimensão física e administrativa, representando um espaço geográfico dinâmico, onde ocorrem interações entre fatores naturais, sociais, econômicos e políticos.



PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL II

LICENÇAS ESPECÍFICAS

O Conama deve definir, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, as características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

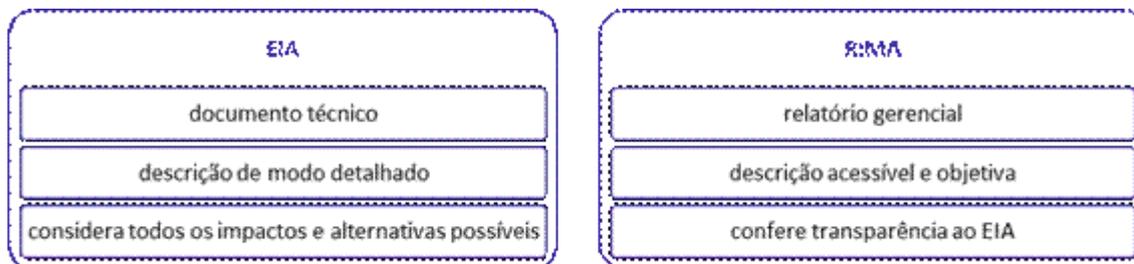
ANÁLISE DE IMPACTO AMBIENTAL NO EIA

A análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas ocorre por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE POLÍTICA AMBIENTAL



EIA X RIMA





PROFESSORA: MONIK BEGNAME

BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - DENDROMETRIA

CUBAGEM RIGOROSA

Na cubagem rigorosa pela fórmula de Smalian, mede-se o diâmetro ou a circunferência na base e no topo de cada tora. Na cubagem rigorosa pela fórmula de Huber, mede-se o diâmetro ou a circunferência na metade de cada tora. Na cubagem rigorosa pela fórmula de Newton, mede-se o diâmetro ou a circunferência na base, no meio e no topo de cada tora.

BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - INVENTÁRIO FLORESTAL

AMOSTRAGEM CASUAL SIMPLES

A distribuição e alocação de unidades de amostra de forma casual sobre uma área que será inventariada somente será eficiente se a área for homogênea quanto à distribuição da variável de interesse.

AMOSTRAGEM CASUAL ESTRATIFICADA

Em termos de inventário florestal, a amostragem estratificada será mais eficiente se a variabilidade dentro de cada estrato for menor que aquela que considera a população toda.

AMOSTRAGEM CASUAL ESTRATIFICADA

A Amostragem Casual Estratificada consiste na divisão da população em subpopulações mais homogêneas em termos de distribuição da característica de interesse, denominadas de estrato, dentro dos quais se realiza a distribuição das unidades de amostra de forma casual (aleatória).

AMOSTRAGEM SISTEMÁTICA

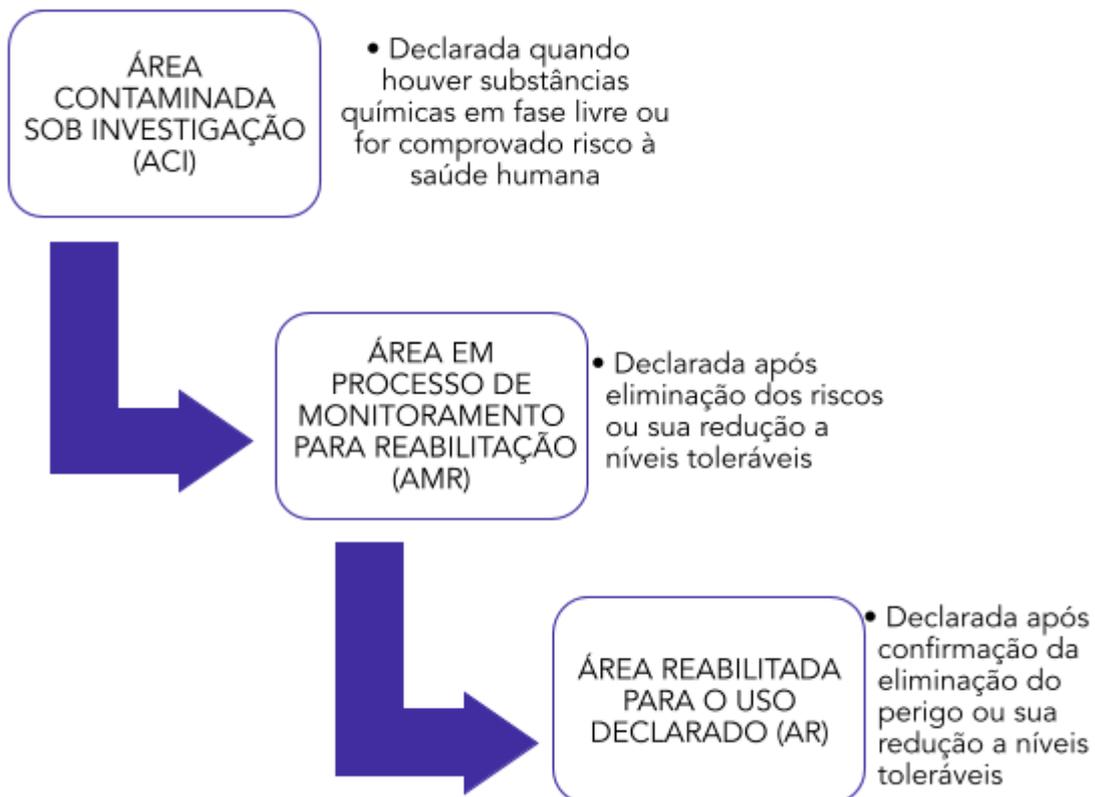
A amostragem sistemática consiste em selecionar unidades de amostra a partir de um esquema rígido e preestabelecido de sistematização, com os propósitos de cobrir a população em toda a sua extensão e obter um modelo sistemático simples e uniforme.



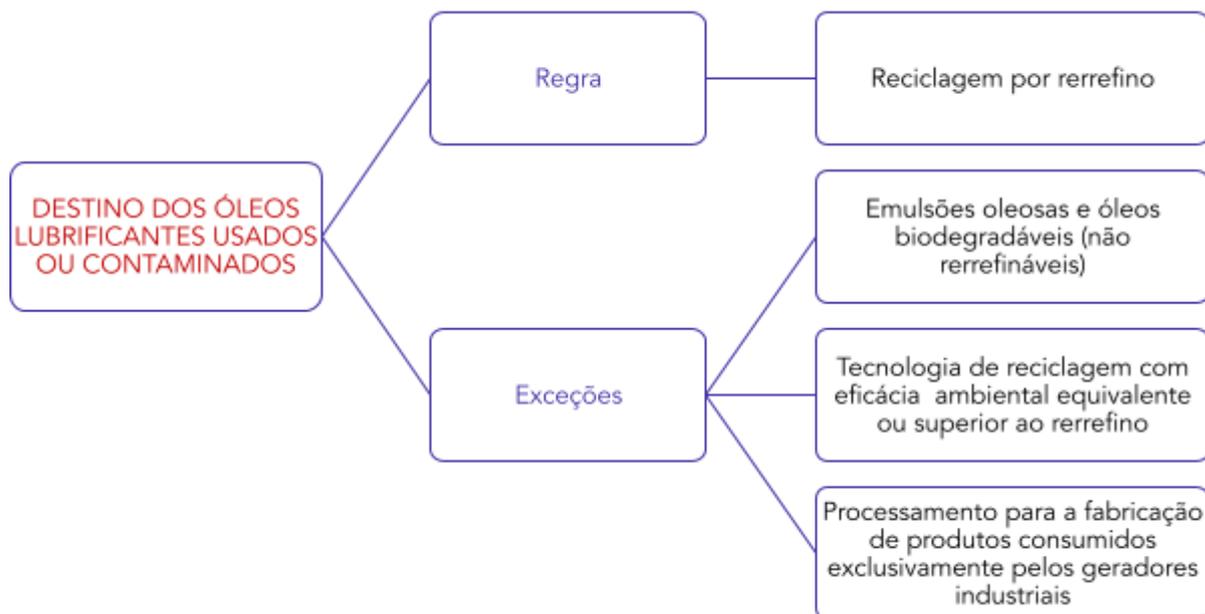
PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA

QUALIDADE AMBIENTAL

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 420/2009



RESOLUÇÃO CONAMA Nº 362/2005



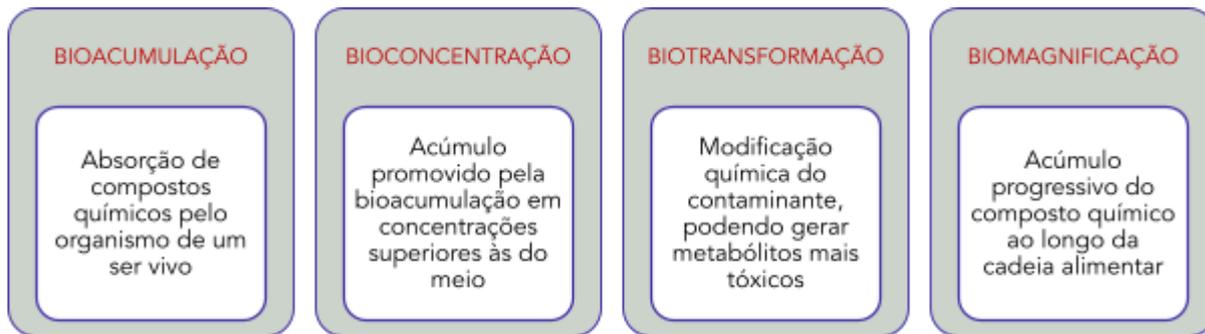
LICENCIAMENTO PARA DADOS SÍSMICOS (CONAMA Nº 350/2004)

Classe 1: Levantamentos em profundidade inferior a **50 metros** ou em áreas de sensibilidade ambiental, sujeitos à elaboração de **Plano de Controle Ambiental de Sísmica (PCAS)** e **Estudo Ambiental de Sísmica (EAS)/Relatório de Impacto Ambiental de Sísmica (RIAS)**.

Classe 2: Levantamentos em profundidade entre **50 e 200 metros**, sujeitos à elaboração de **PCAS e EAS/RIAS**.

Classe 3: Levantamentos em profundidade superior a **200 metros**, sujeitos à elaboração de **PCAS**.

COMPORTAMENTO DE XENOBIÓTICOS NA BIOTA



PROFESSORA: MONIK BEGNAME

MONITORAMENTO AMBIENTAL

SENSORIAMENTO REMOTO

- Devido à operação na faixa espectral de micro-ondas, sensores de radar são capazes de adquirir imagens da superfície terrestre independentemente da presença de nuvens.
- O **Landsat 9** possui dois sensores principais: o **OLI-2 (Operational Land Imager-2)**, que oferece resolução espacial de 15m no modo pancromático e 30m no multiespectral, com 9 bandas espectrais, 14 bits de resolução radiométrica e revisita a mesma área a cada 16 dias. Já o **TIRS-2 (Thermal Infrared Sensor-2)** captura dados no infravermelho termal com resolução espacial de 100m, 2 bandas espectrais e a mesma resolução temporal de 16 dias.

CARGO 3: ANALISTA AMBIENTAL - TEMA 2: MANEJO, CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE



PROFESSORA: BRUNA KLASSA

BIOLOGIA

TAXONOMIA, SISTEMÁTICA E CLASSIFICAÇÃO

Homologias são características que compartilham a mesma origem embrionária, mesmo que depois elas tenham se modificado, tornando-se extremamente diferentes. Analogias são características que não possuem a mesma origem embrionária, mas apresentam a mesma função.

HOTSPOTS DE BIODIVERSIDADE

Hotspots são regiões com alta concentração de espécies endêmicas (aquelas que ocorrem exclusivamente em uma determinada área) e que sofreram perda significativa de seu habitat original. No Brasil, são *hotspots* a Mata Atlântica e o Cerrado.

FATORES BIOLÓGICOS DETERMINANTES DE RISCO DE EXTINÇÃO

Alguns fatores biológicos se combinam com ameaças antrópicas, como desmatamento, caça, poluição e mudanças climáticas, agravando os riscos de extinção.

Fatores biológicos determinantes de riscos de extinção		
Baixa taxa reprodutiva	Espécies com poucos filhotes e longos períodos de gestação têm dificuldade em repor populações	Mico-leão-dourado, elefante, rinoceronte
Restrição geográfica	Espécies que habitam áreas limitadas são mais vulneráveis a desastres e mudanças ambientais	Tatu-bola-da-Caatinga, ornitorrinco, arara-azul-de-lear
Especialização alimentar	Dependência de um único tipo de alimento torna a espécie vulnerável à escassez de recursos	Urso-panda (bambu), borboletas monarcas (algodão-do-campo)
População reduzida	Populações pequenas são mais suscetíveis a eventos aleatórios e dificuldades reprodutivas	Vaquita, lobo-guará, ararinha-azul
Variabilidade genética reduzida	Pouca diversidade genética reduz a capacidade de adaptação a mudanças ambientais e resistência a doenças	Guepardo, lobo-ibérico, tigre-de-bengala

Para mitigar essas ameaças, estratégias como programas de reprodução em cativeiro, corredores ecológicos e políticas de conservação são essenciais para garantir a sobrevivência dessas espécies a longo prazo.



PROFESSOR: ALEXANDRE VASTELLA

NOÇÕES DE GEOGRAFIA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As políticas públicas brasileiras são pautadas no desenvolvimento sustentável, um conceito popularizado na Eco 1992 que conjuga meio ambiente, sociedade e economia, sendo os três de igual importância. Ainda falta muito para o Brasil ser verdadeiramente sustentável, pois o país ainda sofre com inúmeros impactos ambientais, mas, em questão de legislação, estamos bastante avançados.

IMPACTOS NO MEIO RURAL E NATURAL

Os principais impactos ambientais no campo e nos ecossistemas brasileiros incluem o desmatamento, a erosão do solo, a contaminação da água por agroquímicos, o uso excessivo dos recursos hídricos e a perda de biodiversidade. Além disso, práticas como queimadas, compactação do solo e emissão de gases do efeito estufa pela agropecuária contribuem para as mudanças climáticas. A mineração e a expansão agrícola também agravam esses problemas, tornando essencial a adoção de práticas sustentáveis.

DEBATES AMBIENTAIS RECENTES

O Brasil está retomando o diálogo com os regimes ambientais globais e isso, de algum modo, poderá ser cobrado na prova do IBAMA. Agora, em 2025, o país sediará a COP 30, em Belém, que tratará sobre a redução dos gases do efeito estufa. Por outro lado, ainda persistem desafios como a polêmica envolvendo a possível extração de petróleo

na Margem Equatorial brasileira que, apesar de ter um enorme potencial econômico, também carrega elevado risco ambiental.



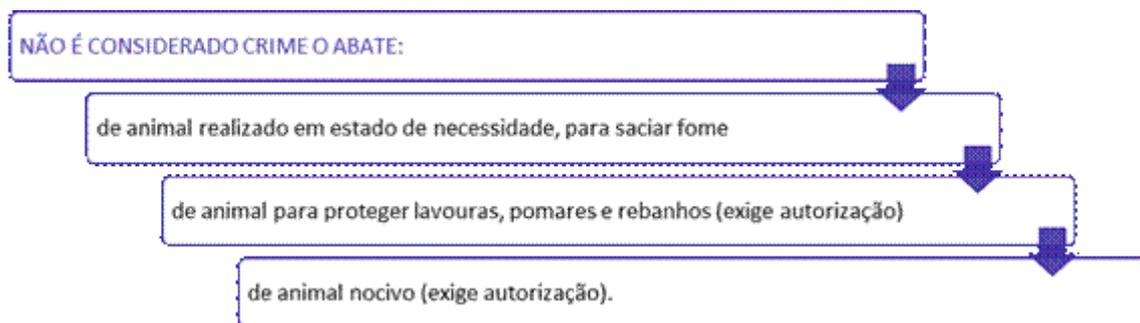
PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA

LEI Nº 5.197/1969. ILÍCITOS CONTRA A FAUNA

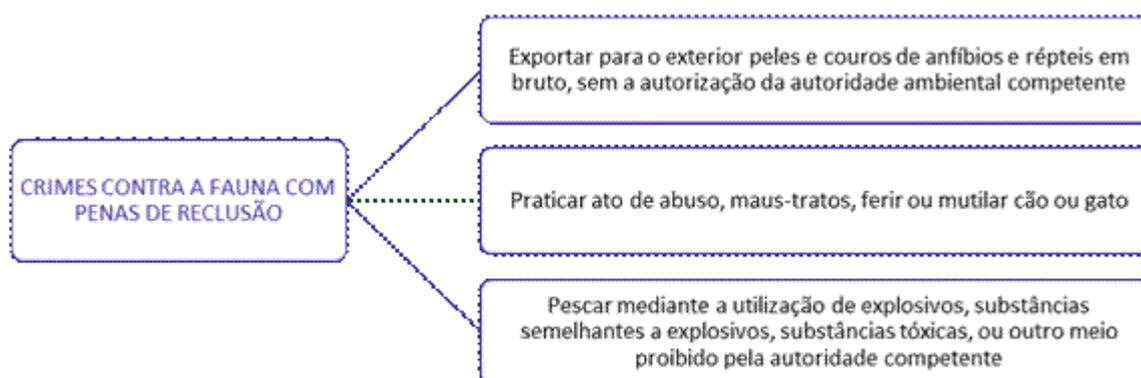
CAÇA NO BRASIL (LEI Nº 5.197/1967)

CAÇA PROFISSIONAL	• Proibida
CAÇA ESPORTIVA	• Segundo a literalidade da Lei nº 5.197/67, pode ser licenciada de acordo com as peculiaridades regionais. Na prática, é proibida.
CAÇA DE CONTROLE	• Pode ser licenciada para a destruição de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública (ex.: javalis e javaporcos).
CAÇA CIENTÍFICA	• Trata-se, na verdade, de licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos.

EXCLUDENTES DE ILICITUDE



CRIMES CONTRA A FAUNA COM PENA DE RECLUSÃO



AUMENTO DE PENA NO CRIME DE ABATE

A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

- I - contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção;
- II - em período proibido à caça;
- III - durante a noite;
- IV - com abuso de licença;
- V - em unidade de conservação;
- VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.